

O CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 15 DO MST: A MULHER NAS DIFERENTES SOCIEDADES¹

Gislaine da Nóbrega Chaves
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/nchaves@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O *Caderno de Formação nº 15* (1988), ao que tudo indica, faz parte dos primeiros esforços de formulação teórica do MST dirigida à mulher. Nas dezenove páginas desse caderno (1988), identificamos uma proposta político-educativa do MST, expressa por meio de diferentes linguagens dirigida à mulher enquanto trabalhadora rural na capa, no verso e interior dessa publicação.

Esse documento constituiu-se numa fonte emblemática para a história do MST, por apresentar a vertente teórica marxista que acompanha a sua trajetória de lutas junto a trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Propomo-nos, portanto, a analisar uma problemática contida no *Caderno de Formação nº 15: A mulher nas diferentes sociedades*, elaborado em 1988, pela Equipe de Mulheres da Secretaria Nacional do MST: como a mulher se tornou sujeito preferencial dessa produção escrita do Movimento. A perspectiva teórica que fundamenta este artigo está ancorada no campo de estudos da História das Mulheres e das Relações de Gênero.

METODOLOGIA

A pesquisa centra sua análise em uma das fontes escritas que aborda a concepção de gênero, adotada pelo MST, uma vez que as novas relações de gênero integram o projeto de sociedade do Movimento. Há evidências de pouca participação da mulher nos quadros do Movimento, mas os documentos fazem apelo a uma maior participação.

A seleção do *corpus* documental se pautou no critério de pertinência. Isso porque os documentos foram escolhidos de acordo com os objetivos da pesquisa e pelo fato de encontrarmos, na documentação, traços da educação popular adotada pelo Movimento, assim como algumas estratégias educativas de gênero que são

¹ Texto adaptado da tese CHAVES, G. da N. *O Conceito de gênero no MST: um estudo da sua produção escrita*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

adotadas na práxis político-educativa do Movimento. Ademais, escolhemos essa produção textual por considerá-la significativa, já que é a partir dela e de suas ações que o MST cria uma identidade e uma história “sobre” e “para” si.

Adotou-se uma abordagem socio-histórica das fontes, destacando os elementos educativos que contribuíram para elucidar os avanços e limites contidos na produção escrita do MST. Na documentação investigada, selecionamos alguns conceitos-chave que nortearam a análise realizada, a exemplo dos conceitos de “gênero” e de “classe social”, uma vez que, na produção escrita do Movimento, esses conceitos se entrecruzam.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A preocupação do *Caderno nº 15* era evidenciar a presença histórica da mulher nas diferentes sociedades. A “mulher” figura, pois, como sujeito preferencial a quem as mensagens do MST são dirigidas. A cartilha foi objetivada visando a “despertar sua atenção para questões que interessam à mulher e a toda a classe trabalhadora” (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 15: A MULHER NAS DIFERENTES SOCIEDADES, 1988: 3).

A materialidade da cartilha corrobora a intencionalidade do Movimento ou o desejo de contribuir para a construção de uma mulher militante, politicamente atuante e com consciência de pertencimento a uma dada classe social. Nesse momento, “a mulher” era identificada com a classe trabalhadora. No texto são apresentadas categorias como mulher trabalhadora da roça e mulher trabalhadora da cidade, o que nos sugere uma formação identitária dessa mulher relacionada ao campo, sobretudo se considerarmos também os elementos não verbais existentes no documento:



Ilustração 1 – Caderno de Formação nº 15: A mulher nas diversas sociedades

Fonte: Caderno de Formação nº 15: A mulher nas diferentes sociedades.

São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1988.

O conceito “trabalho”, que atravessa o *corpus* do *Caderno nº 15*, está fundamentado no diálogo entre o feminismo e o marxismo. Nesse momento histórico, a mulher, como gênero, é subsumida pela classe, uma vez que é valorizada como componente da categoria “classe trabalhadora” ou como elemento da luta política, fazendo parte de um coletivo. As análises contidas no corpo do referido caderno demonstram uma preocupação já existente com as relações de gênero, com prioridade no recorte de classe, cujo ideal de sociedade a ser alcançado seria aquele resultante da revolução socialista. Nesse projeto, a mulher também seria considerada uma cidadã, lutando em duas frentes, como entrevemos no trecho seguinte:

No entanto, é preciso ficar bem claro que a mulher não espere sua emancipação automática no socialismo. **Ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração – uma opressão de classe e uma opressão de gênero – oprimida por ser proletária; oprimida por ser mulher.** (...). Desse modo, cabe à mulher, lutar em duas frentes: por sua classe, lutar porque é oprimida como classe e lutar porque é oprimida enquanto sexo² (grifo nosso) (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 15: A MULHER NAS DIFERENTES SOCIEDADES, 1988: 16).

Seguindo uma perspectiva projetiva de sociedade, o *Caderno de Formação nº 15* esboça um modelo de sociedade cujo ideal aponta para a consideração de direitos dos cidadãos, numa sociedade idealizada e apoiada em valores coletivos e na partilha dos produtos que são frutos do trabalho humano. Nesse contexto, a condição de “libertação” da mulher figura como atrelada, principalmente, à luta política contra o sistema capitalista. Vale destacar que a abordagem focada no trabalho e na participação da mulher em coletivos era muito comum à época, inclusive no meio acadêmico, como abordam Soihet e Pedro (2007: 287-288): “Na historiografia, inúmeras pesquisas, na década de 1980, partiam da categoria ‘mulheres’. Nessa trilha, muitas pesquisadoras e pesquisadores têm procurado destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado”.

O conteúdo do *Caderno nº 15* sugere que a mulher seria “liberta” a partir da transformação estrutural da sociedade de exploração capitalista. Isto se faz presente

² Manteremos as citações da documentação analisada, conforme os originais do Movimento.

em várias passagens do texto, dentre elas aquela que esboça a tese defendida no referido caderno: “a dominação da mulher não está vinculada à questão sexual, mas sim à questão econômica” (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 15, 1988: 10). Pressupõe-se que, uma vez libertada economicamente, a mulher estaria liberta de outras formas de opressão (étnica, sexual, intelectual...). Em Scott (1990), as relações de gênero figuram como relações de poder e nos reportam a um contexto amplo que atravessa várias dimensões da realidade, a exemplo da história, da cultura, da economia e da política. Nas relações de gênero, o poder é exercido sobre sujeitos, individuais ou coletivos, terreno onde se cruzam práticas, saberes e instituições, resultando em efeitos de poder-saber que se traduzem em diferenças de toda ordem utilizadas para forjar discriminações e hierarquias. Por isso, compreendemos que esse automatismo dificilmente ocorreu ou ocorre na realidade cotidiana de muitas mulheres e homens; nem no passado, nem no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Caderno n.º 15* evidencia como as condições históricas e políticas marcaram a práxis educativa desse sujeito social. A abordagem teórica marxista adotada pelo Movimento reflete opções políticas que influenciam sua produção escrita, escolhas que implicam em avanços e limites circunstanciados por sua trajetória histórica.

Os conceitos e propostas por ele adotadas demonstram, pois, avanços, por forjar uma identidade quando dissemina a ideia de pertencimento a uma classe. O MST educa quando se mostra contrário às injustiças sociais, disseminando valores como igualdade e solidariedade de classe. Posiciona-se contra a discriminação de gênero e contribui para a formação de homens e mulheres trabalhadoras rurais, ao denunciar a dupla opressão, de classe e de gênero, contra a mulher.

Merece análise a subsunção do gênero pela classe, revelando a dificuldade do Movimento em assimilar o conceito de gênero, que, certamente, não foi exclusividade sua na época de produção do Caderno (1988). No *Caderno de Formação n.º 15* (1988), a luta da mulher está ainda muito atrelada à luta de classes, e o Movimento não consegue “alçar voos” maiores rumo a diferenciadas temáticas “específicas” às relações de gênero, como aquelas relacionadas à violência, à saúde, ou mesmo adentrar na discussão das variadas formas de se viver a

sexualidade, embora em outras cartilhas e livros recentes tenha incorporado problemáticas inerentes à condição da mulher.

Depreendemos que o MST, nos primórdios de sua existência, elegeu certas prioridades, como engrossar suas fileiras e tornar-se um movimento nacional. Por isso, a “mulher” – categoria numericamente expressiva e não desprezível – tornou-se o sujeito preferencial na construção do projeto político-educativo do MST. Portanto, cremos que, naquele momento histórico, não cabia, na pauta do nascente Movimento, certas temáticas “específicas” à mulher, a exemplo de violência, corpo e sexualidade. Mas esse sujeito educativo percebeu o papel de arbitragem da mulher no interior da família e sua representatividade eleitoral e política nos processos de transformação social, realizando a diferenciação e o chamamento da “mulher” – Mulher Trabalhadora Rural – à luta de classe.

REFERÊNCIAS

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Caderno de formação nº 15: a mulher nas diferentes sociedades*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1988.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In: Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22. jul./dez. 1990.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *In: Revista Brasileira de História*. História e Gênero – Órgão Oficial da Associação Nacional de História, vol. 27, n. 54, jul.-dez., 2007. São Paulo. ANPUH.